

Galeria Uffizi, Florença



Boticelli. *Alegoria da primavera*, c. 1477-1478. Óleo sobre painel, 3,15 × 2,05 m.

Esta obra é uma das pinturas mais conhecidas da arte ocidental. O tema foi inspirado na mitologia grega e em poemas que versam sobre a chegada dessa estação. A obra foi produzida no alvorecer dos tempos modernos por Sandro Boticelli, pintor renascentista da Escola Florentina.

**Professor,** na p. 23 do Manual do Professor ([Orientações gerais](#)), você encontra sugestões para o desenvolvimento das aulas.

É importante entender o cenário de mudanças que favoreceu o surgimento da Sociologia no século XIX. Para isso, faremos uma primeira grande viagem no espaço e no tempo na companhia do conhecimento produzido por outras disciplinas, especialmente História e Geografia, que forneceram o terreno propício ao surgimento daquela que é a razão da escrita deste livro.

Os livros de História nos ensinam que, a partir do século XV, na Europa, os conceitos sobre o mundo começaram a se alterar. As mudanças foram tão importantes que se viu nelas o anúncio de uma nova era na história da humanidade: os “tempos modernos”. Confiantes no futuro, ao olhar para trás, os europeus qualificaram o

tempo vivido até então de uma idade intermediária entre duas épocas brilhantes, por isso chamaram de Idade Média o período que se estendeu do fim da Antiguidade Greco-Romana, no século V, até a Idade Moderna, que se iniciava em meio a grandes expectativas.

Que mudanças foram essas, afinal? Muitas, de vários aspectos, e não aconteceram todas ao mesmo tempo. Ao contrário, estenderam-se ao longo de séculos. Não é nossa intenção repetir aqui o que você já viu nas aulas de História. Mas é importante recuperarmos no tempo alguns acontecimentos que foram especialmente relevantes para o surgimento das Ciências Sociais, e, em particular, da Sociologia.

# Do campo para a cidade

Durante a maior parte da história do Ocidente, a população se concentrou no campo. A agricultura era a principal fonte de riqueza e a terra era o bem mais cobiçado. O historiador Eric Hobsbawm chamou a atenção para o fato de que, excetuando algumas áreas comerciais e industriais bastante desenvolvidas, seria muito difícil encontrar um grande Estado europeu no qual ao menos quatro de cada cinco habitantes não fossem camponeses. E até mesmo na própria Inglaterra, berço da Revolução Industrial, a população urbana só ultrapassou a população rural em 1851.



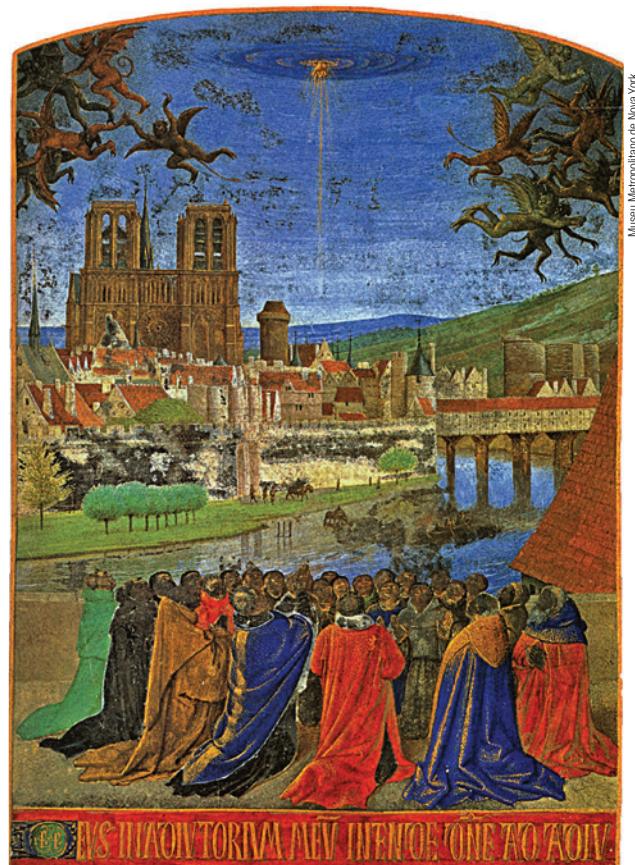
Irmãos Limbourg, c. 1400-1416. Iluminura, 13,5 × 15,5 cm.

A imagem mostra um camponês preparando a terra com arado puxado por uma parela de bois. O arado de tração animal foi difundido na Europa meridional, mas outros instrumentos como pás, enxadas e foices também faziam parte da tecnologia agrícola da época, favorecida pelo desenvolvimento da metalurgia.

Até o século X, mesmo as maiores e mais importantes cidades da Europa ocidental – Veneza, Florença, Paris e Londres – não ultrapassavam 150 mil habitan-

tes. Essas cidades atraíam pessoas de várias etnias, que se organizavam em bairros onde tinham seus próprios mercados, reservatórios de água e igrejas ou sinagogas. Por um lado, a disposição em bairros reduzia a possibilidade de conflitos entre pessoas de diferentes etnias e religiões; por outro, limitava a troca de experiências que torna a vida urbana tão interessante. Havia, ainda, os guetos, que eram bairros apenas das populações consideradas “indesejáveis” – os judeus, por exemplo.

No centro dessas cidades, em lugar de destaque, ficava uma igreja, que era geralmente a estrutura mais imponente e cara da cidade. Os edifícios governamentais e as casas da elite localizavam-se no entorno da igreja. Os pobres habitavam as proximidades das muralhas, que limitavam o espaço das cidades medievais. Quando a população aumentava, não era raro optar pela expansão das muralhas, que eram demolidas e reconstruídas. Outras vezes, simplesmente mantinham-se as muralhas e se construía novas cidades nas proximidades.



Iluminura realizada para o *Livre Heures d'Étienne Chavalier*. Século XV. Paris, por ser a capital de um grande reino e concentrar inúmeras atividades, tornou-se a mais importante cidade do Ocidente medieval. Nesta imagem, a paisagem urbana é dominada pela Catedral de Notre Dame, que fica na Ilé de la Cite ("Ilha da Cidade"), isto é, no núcleo que deu origem à cidade medieval.

A partir do século XV, porém, importantes transformações ocorreram no cenário rural até então predominante. Isso não quer dizer que no fim da Idade Média ressurgiram cidades semelhantes às do mundo antigo. A **pólis grega e a cidade romana** da Antiguidade foram criações de sociedades basicamente agrárias, enquanto as cidades que naquele momento surgiam ou prosperavam na Europa ocidental eram originadas por comerciantes, mercadores e artesãos – pessoas existencialmente liga-

das a uma economia mercantil. Não por acaso, a praça do mercado, onde se compravam e vendiam mercadorias, tornou-se o centro dessas cidades. Ao seu redor, situavam-se a prefeitura, a escola, o tribunal e a prisão. Do outro lado, a igreja ou catedral. O sagrado se relacionava com o profano. Como lembra o sociólogo e historiador Dieter Hassenpflug, um bom exemplo dessa relação é a palavra alemã *messe*, que tem dois significados: um comercial (“feira”) e outro religioso (“missa”).

## II A pólis grega e a antiga cidade romana

Entre aproximadamente 500 a.C. até 300 a.C., a pólis grega foi o principal centro cultural e intelectual do Ocidente. Foi ali que, pela primeira vez, uma sociedade discutiu e escolheu suas leis, as quais eram modificadas sempre que achasse necessário.

Por meio de uma série de reformas na cidade de Atenas, a partir de 508 a.C., Clístenes criou um regime que ficou conhecido como democracia. Os cidadãos votavam para eleger seus governantes, legisladores, magistrados, administradores, funcionários de toda espécie e até os chefes religiosos.

Em 529 d.C., depois que o Império Bizantino foi convertido ao cristianismo, Atenas perdeu bastante *status* e se tornou uma cidade provinciana. Mas a experiência dos antigos gregos não foi esquecida. No Renascimento, o exemplo da Grécia foi lembrado em algumas cidades italianas. Antes, a civilização grega influenciou radicalmente a composição de outra cidade muito importante para nós: Roma.

Dos romanos, herdamos o chamado Direito Romano, que até hoje está presente na cultura ocidental, e também o latim, que deu origem à língua portuguesa, entre outras.

Em Roma, também encontramos a ideia de cidadania como capacidade para exercer direitos políticos e civis. A cidadania romana era atribuída somente aos homens livres, mas nem todos os homens livres eram considerados cidadãos.

Eram três os grupos principais:

- os patrícios (descendentes dos fundadores);
- os plebeus (descendentes dos estrangeiros) e os escravos (prisioneiros de guerra e os que não saldavam suas dívidas);
- os clientes (homens livres, dependentes de um aristocrata romano que lhes fornecia terra para cultivar em troca de uma taxa e de trabalho).

O elemento central da grande estabilidade desfrutada por Roma foi a instituição do latifúndio escravista, que, estabelecido em uma escala desconhecida pelos gregos, proporcionou aos patrícios o controle sobre os rumos da sociedade.

As cidades estenderam-se por toda parte. Na Inglaterra, por exemplo, o processo de cercamento dos campos provocou a expulsão de grande parte da população das áreas rurais para as vilas ou cidades nas últimas décadas do século XVIII – especialmente de 1760 a 1790. O crescimento das cidades, a expulsão dos trabalhadores do campo e a saída em busca de trabalho nos ambientes urbanos promoveram a transformação de uma maneira específica de ser e de viver em outra, em muitos aspectos, inteiramente diferente.

Embora a cidade não tenha sido nem uma exclusividade europeia nem uma invenção do século XVIII, ocorreu uma alteração profunda na estrutura das sociedades nesse período. No sentido econômico, a modificação no processo de trabalho; no

sentido político, a ampliação e a conquista de direitos que os indivíduos não experimentavam nos períodos anteriores. É importante lembrar que a palavra cidadania vem de *civitas*, que significa “cidade”, em latim. Os gregos, no contexto da pólis, já haviam difundido as noções políticas de liberdade e igualdade que são fundamentais ao conceito de cidadania como o conhecemos hoje. Mas é no contexto da cidade moderna que emerge o cidadão como titular de direitos individuais, alguém que faz parte de um Estado regido por leis e não mais um súdito do reino.

As transformações econômicas e políticas mudaram também o relacionamento entre as pessoas. A cidade foi o cenário onde essas transformações se tornaram visíveis a olho nu.

# Novos tempos

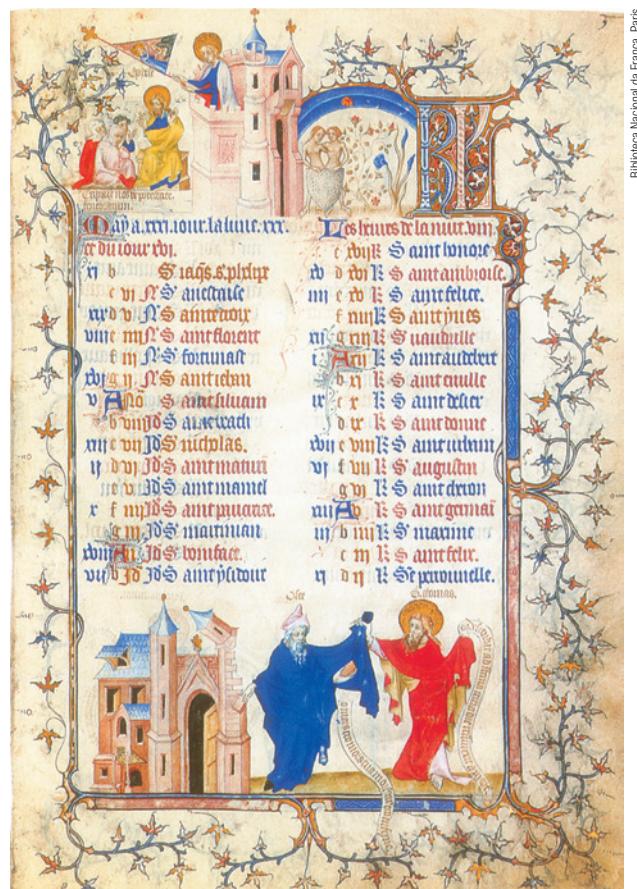
Ao longo da Idade Média, tão forte era o poder da Igreja na organização da vida em sociedade que muitos historiadores se referem à Europa medieval como a “Europa cristã”. A importância da religião católica ajuda, assim, a entender a mentalidade da sociedade medieval. Deus era o centro e a explicação de tudo, conforme pregava a Igreja: era Ele quem determinava por que uns deveriam ter uma posição social melhor e outros, pior; estabelecia quem deveria mandar – e como – na esfera política; decidia o que se poderia fazer com o dinheiro; e até regia o tempo! Vamos explicar melhor.

O tempo pertencia a Deus e os homens não deveriam utilizá-lo em seu próprio interesse. Os livros de História nos ensinam que a Igreja considerava o empréstimo de dinheiro a juros – a usura – um grave pecado. Nessa lógica de tempo divino, cobrar juros seria como cobrar o aluguel do tempo que só pertence a Deus. Além disso, emprestar dinheiro não era o mesmo que trabalhar visando à produção de um bem, de algo concreto. A Igreja tinha como referência o mundo rural e a ideia de ganho pelo trabalho era muito diferente da ideia de ganho sem trabalho. Daí a expressão “com o suor do rosto” para falar de bens adquiridos por meio de um trabalho digno e edificante.

O calendário anual baseava-se nas festas e atividades religiosas; o dia era dividido de acordo com as horas canônicas, ou horas das orações, que variavam segundo as estações. Assim, no inverno, quando o Sol demora mais a aparecer, a hora da Ave-Maria era mais tardia; no verão, a hora das matinas era antecipada. Uma marcação do tempo tão irregular como a natureza.

De fato, em uma sociedade basicamente rural, centrada no trabalho agrícola, a natureza regulava boa parte da vida. O historiador inglês E. P. Thompson apresenta, em seu artigo “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, aspectos muito interessantes dessa relação ser humano-natureza no Período Medieval. E conta também como foram profundas as alterações ocorridas com a chegada da sociedade de mercado.

“Quando é que sabemos que o dia amanheceu?”, perguntaria alguém. “Quando puder enxergar as veias de minha mão”, era a resposta considerada correta. Diálogos como esse estão registrados em escritos da época e nos ajudam a pensar o cotidiano medieval – a forma de dividir o tempo obedecia ao ritmo da natureza e não dos intervalos regulares de uma máquina



Duke Jean de Berry. *Les petites heures (O livro das horas)*. c. 1372-1390. Iluminura, 21,2 x 14,5 cm.

Página do calendário do mês de maio mostrando uma representação alegórica da Jerusalém Sagrada, a Cidade de Deus. Ricamente ilustrado, contém diversas orações e leituras apropriadas a cada momento do dia.

como o relógio. As pessoas não se orientavam por um marcador de tempo que lhes forneceria a hora, independente de ser noite ou dia. O relógio é uma invenção do século XIV, portanto, do final da Idade Média. Não havia luz elétrica que “esticasse” o dia e não fazia qualquer sentido falar em “pontualidade”, ou seja, em uma marcação rigorosa das horas. Até o século XVI, a semana era uma unidade irrelevante e, para os cristãos, o único dia a que de fato se atribuía um caráter especial era o domingo. Por um lado, a rotina religiosa dividia o tempo e informava as pessoas sobre o início, a metade ou o final do dia. Por outro, cabia à natureza definir a possibilidade e o limite de muitas atividades.

O tempo era natural e sagrado, noção que se difundiu à proporção que se espalhava a influência da Igreja e dos intérpretes da palavra sagrada. As badaladas dos sinos das igrejas anunciam em que momento do dia as pessoas estavam. O papel central da Igreja e a predominância da vida rural se fortaleceram mutuamente. Homens e mulheres, simples mortais, sur-

preendiam-se pelo imprevisto, pela força, pela magnitude dos fenômenos da natureza. Acima de tudo, acreditava-se que a natureza pertencia a Deus – não era dada aos homens e mulheres a capacidade de controlá-la, alterar seu curso, contê-la.

As transformações na forma de trabalho e na maneira de controlar o tempo são fundamentais para você compreender a nova roupagem dos tempos modernos. Deixou-se de priorizar o tempo natural (regulado pela natureza) e abriram-se as portas para o tempo mecânico (marcado pelo relógio). Fomos deixando de pensar na vida organizada em torno de atividades a serem cumpridas segundo o ritmo da natureza e de obrigações prescritas pela religião. Pouco a pouco, passamos a imaginar nossa existência em função de unidades de tempo, que são mensuráveis e universais. O tempo passou a ser um recurso, ou seja, algo que se pode “aproveitar”, “ gastar”, “ perder” ou “ economizar”.

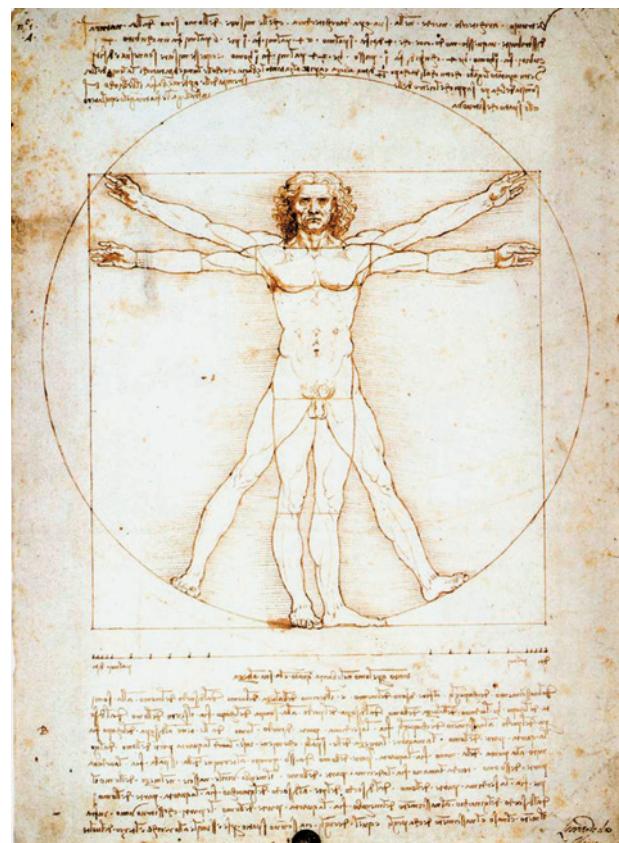
Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzem a dinheiro. O tempo agora é moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 272.

A sociedade dos homens e mulheres passou a ser objeto de explicação de homens e mulheres. A explicação religiosa perdeu centralidade e a explicação científica ganhou cada vez mais relevância.

## Seres humanos interpretando e transformando o mundo

A releitura do pensamento greco-romano emprendida nos séculos XV e XVI pelos chamados humanistas levou a um importante rompimento com a lógica católica. Se antes as pessoas eram levadas a acreditar que Deus havia colocado o ser humano no centro do universo, a teoria heliocêntrica, do astrônomo e matemático polonês Nicolau Copérnico (1473–1543), incitou o questionamento dessa lógica e colocou um astro – o Sol – como centro. A sociedade começou a ser vista como fruto do trabalho e da invenção humana e não



Galleria dell'Accademia, Veneza, Itália

Leonardo da Vinci. *Homem vitruviano*, c. 1490, 31,3 × 24,5 cm.

A ilustração revela algumas diretrizes que pautavam a arte renascentista: a rigorosa representação geométrica das proporções do corpo humano, remetendo à arte da Antiguidade e à ideia de equilíbrio e harmonia.

mais resultado da criação divina. Se os homens e mulheres fizeram a sociedade, eles podiam modificá-la.

A Igreja reagiu às ideias inovadoras, mas não conseguiu diminuir seu impacto sobre as novas gerações de cientistas, como o alemão Johannes Kepler (1571-1630) e o italiano Galileu Galilei (1564-1642). Além da Astronomia, que foi impulsionada a partir desse período, a Medicina também experimentou grande desenvolvimento, graças aos estudos sobre o corpo humano, feitos por meio da dissecação de cadáveres, um procedimento científico até então considerado profano.

As explicações teológicas da Igreja Católica perderam ainda mais espaço com a Reforma protestante. Os reformistas eram favoráveis à difusão da Bíblia em todas as línguas – e não só em latim – e incentivavam a alfabetização em grande escala. A divulgação dessa nova forma de estabelecer relação entre Deus e fiéis foi beneficiada pela invenção da imprensa por Gutemberg (c. 1394-1468), em meados do século XV.

Foi assim que a ciência moderna começou a se constituir, por meio do que foi chamado mais tarde de Revolução Científica e que tem como princípio o uso da

razão como meio de alcançar o conhecimento. O fundamento da ciência moderna consiste na necessidade de observar os fatos e fenômenos e demonstrar as explicações propostas para eles. O conhecimento tornou-se mais estruturado e prático, ficando excluída qualquer possibilidade de especulação sem um experimento que comprove sua plausibilidade. A ciência moderna se caracteriza como um saber não dogmático, crítico, aberto, reformulável, suscetível de correções ou refutações. É um saber universal, que utiliza provas (experiências) para testar resultados.

Professor, sugerimos o desenvolvimento das atividades 1, 2 e 3 da seção **De olho no Enem**.

## Novas mobilidades de coisas e pessoas

Os livros de História nos contam que a sociedade medieval era composta basicamente de três ordens: o clero, a nobreza e os camponeses. O clero surgiu com a cristianização e o fortalecimento da Igreja Católica na Europa. A nobreza era formada essencialmente por guerreiros e nobres proprietários de terra, e os camponeses eram servos dos nobres senhores feudais.

Um aspecto importante para a reflexão sociológica é que, na sociedade medieval, praticamente não havia mobilidade social. Isso significa que quem nascesse camponês provavelmente morreria camponês, como seu pai e seu avô, e quem nascesse na família de um nobre proprietário de terras dificilmente veria sua condição se alterar. Por isso, a sociedade medieval pode ser chamada de estamental – tipo de **estratificação social** em que as diferentes camadas, ou estamentos, não chegam a ser tão rígidas quanto as castas, nem tão flexíveis quanto as classes sociais.

Na Idade Média havia ainda outro tipo de imobilidade: a maioria das pessoas nascia e morria no mesmo lugar. Viajar não tinha a conotação positiva de hoje, não estava relacionado com lazer e divertimento. Note que o verbo *to travel* (“viajar”, em inglês) e o substantivo *travail* (“trabalho”, em francês) compartilham origem comum do latim *tripalium* – um instrumento de tortura medieval composto de três estacas, que servia para alinhar o corpo.

As viagens eram, de fato, plenas de riscos e provações. Eram poucos os que se dispunham a enfrentar as surpresas provocadas por cataclismos da natureza, assaltos, doenças, cansaço, fome e sede. Não por acaso, os documentos históricos falam dos mercadores como desbravadores – pessoas corajosas que enfrentaram perigos para entrar em contato com novos mundos, produtos e cenários. Alguns ou muitos pagaram a ousadia com a vida. Outros, com terríveis prejuízos. Mas muitos venceram as dificuldades e tiveram ganhos extraordinários.

O hábito de trocar uma coisa por outra não é recente e não ocorreu apenas nas sociedades ocidentais. Em várias partes do mundo, nas mais diferentes escalas de tempo, trocavam-se produtos por produtos, mantimentos por outros mantimentos e havia até mesmo situações em que um bem, tido como raro ou valorizado, servia como unidade de troca. Exemplo interessante é o uso da semente do cacau como moeda por vários grupos da América Pré-Colombiana.

No caso da sociedade medieval europeia, a circulação de moeda, a abertura de rotas terrestres mais seguras e o desenvolvimento do transporte fluvial e marítimo provocaram um trânsito cada vez mais

Biblioteca Nacional de Paris



Iluminura (detalhe) do manuscrito de Marco Polo, *Livro das maravilhas*, século XIII.

O comerciante veneziano Marco Polo, acompanhado do pai e do tio, viajou durante 24 anos pela Ásia e se tornou o mais importante conhecedor da China na Modernidade. Ele foi um dos poucos viajantes a retornar com vida e ainda contar suas histórias. O *Livro das maravilhas*, que contém seu relato de viagem, tornou-se um dos livros mais lidos na época.

intenso de mercadorias. Mas a liberdade de troca, a definição do que era possível trocar, o estímulo de trocar mais e mais, o incentivo ao comércio nas sociedades ocidentais enfrentaram severas barreiras religiosas. Na rígida estrutura medieval, os comerciantes cristãos enfrentavam um grande dilema: viviam divididos entre o desejo de ver seus negócios prosperarem e o medo de ofender a Deus. Mas, pouco a pouco, a

atividade comercial foi se expandindo com o ressurgimento das finanças, a volta da circulação monetária e o desenvolvimento do sistema de crédito – a ponto de se poder falar em uma Revolução Comercial a partir do século XII. No século XIII já havia na Europa intensa movimentação de comerciantes que traziam mercadorias de diferentes lugares para feiras com grande número de pessoas.

## II As feiras de Champagne

Quando, hoje, passamos por uma feira, não nos damos conta de que estamos diante de uma forma de comércio cuja história está profundamente relacionada ao desenvolvimento do mundo tal como o conhecemos.

Apesar de as feiras fixas terem surgido no Império Romano, foi no século VII, durante a Idade Média, que elas se difundiram pela Europa de modo definitivo. Primeiramente sob a forma de mercados locais, situados nas rotas dos viajantes, essas estruturas ganharam força quando os produtores passaram a levar os excedentes de sua produção para locais onde pudessem trocá-los por outros bens ou até mesmo por moeda. Um produtor que tivesse um excedente de leite, mas que não tivesse produzido carne suficiente encontrava nas feiras um ambiente que congregava oferta e procura de mercadorias, favorecido pelo estabelecimento de dias e lugares fixos para a troca.

Não tardou para que as feiras deixassem de ser pontos de intercâmbio comercial local para reunir produtos das mais diversas origens. Um dos melhores (e maiores) exemplos desse fenômeno de verdadeiro renascimento comercial na Europa foram as famosas feiras da região francesa de Champagne, que tiveram seu apogeu entre os séculos XII e XIV. Realizadas todos os anos, essas feiras eram importantes por se localizarem a meio caminho entre o norte da Itália e os Países Baixos. Nas, os mercadores nórdicos comercializavam tecidos, peles, madeira, mel e peixes com mercadores italianos. As feiras de Champagne foram, por longo tempo, o verdadeiro coração do comércio europeu, até que, no século XIV, fatores como a Guerra dos Cem Anos, entre França e Inglaterra, e a peste negra levaram-na ao declínio.

À medida que o comércio europeu se expandia, a Igreja encontrava formas de amenizar a censura às iniciativas dos comerciantes. Uma delas foi defender a ideia de que as atividades dos mercadores traziam conforto a muita gente. O conceito de “bem comum” foi ficando cada vez mais forte. O trabalho investido em percorrer caminhos à procura de mercadorias era tão grande e tão custoso, que pareceu justo os mercadores obterem lucros com a venda de seus produtos e cobrarem juros quando emprestavam aos que precisavam. Afinal, o dinheiro que tinham para emprestar era fruto de muito trabalho e grande esforço.

Como enfrentar as viagens? O que aprender para diminuir os riscos? Essas perguntas simples se transformaram na grande inquietação dos mercadores. Ao longo de séculos eles aprenderam que muitos saberes estavam envolvidos para que tudo desse certo. Primeiro, era preciso saber para onde ir, ou seja, conhecimento geográfico: a distância a percorrer, como chegar ao destino, por onde passar, o tempo gasto e os cuidados exigidos para que a embarcação ou qualquer outro meio de transporte cumpra o trajeto. Os mares podiam ser perigosos e as estradas, muito arriscadas. Os filmes de piratas

do mar e de terra são interessantes para imaginarmos por que se fala de *atividade de risco*.

As viagens visavam à busca e posterior venda de produtos. Quais produtos trazer? Para atender bem aos clientes é preciso identificar-lhes os gostos. Como escolher? Os clientes poderiam pagar por aquele produto? Investir muito em um produto que ninguém compra é prejuízo certo. Como saber o preço a ser cobrado pelas mercadorias que levavam para suas cidades de origem e para as feiras? Era preciso fazer a conta: quanto se gastou, o que cobrar para pagar o que foi gasto e ficar com mais algum, ou seja, lucrar. Os mercadores, a duras penas, foram compreendendo e aprendendo que, se tudo não fosse muito bem planejado e se não conseguissem prever o que precisariam no percurso, eles teriam um grande prejuízo ou iriam à falência.

Não foi outra a razão que motivou a iniciativa dos mercadores em criar escolas. Além da Geografia, podemos listar outros aprendizados que eram necessários ao desempenho daquela atividade. Saber ler, contar, calcular, planejar, considerar os desejos dos compradores, relacionar-se, ouvir as pessoas, conhecer vários idiomas, localizar-se, além de outras habilidades técnicas para enfrentar o desafio de desbravar mares e estradas. Professor, sugerimos o desenvolvimento da atividade 1 de Monitorando a aprendizagem e da atividade 1 de Assimilando conceitos.

# Ampliando horizontes e descobrindo o “outro”

Com o fim de eliminar a intermediação e baratear produtos, sobretudo as especiarias, alguns países da Europa passaram a investir na descoberta de novas rotas de acesso direto ao Oriente. Foi o caso de Portugal, que estava determinado a descobrir uma passagem marítima para as Índias e desenvolveu técnicas de navegação avançadas. Isso possibilitou a Vasco da Gama, no final do século XV, partir rumo às Índias, contornar o continente africano, e retornar a seu país como herói, com naus carregadas de especiarias. Fora dada a partida para a Era das Grandes Navegações. A Coroa espanhola também lançou-se ao mar em busca de uma rota que levasse ao Oriente, porém, seguindo em direção ao oeste. À frente do empreendimento, Cristóvão Colombo deparou-se com um imprevisto: o Novo Mundo.

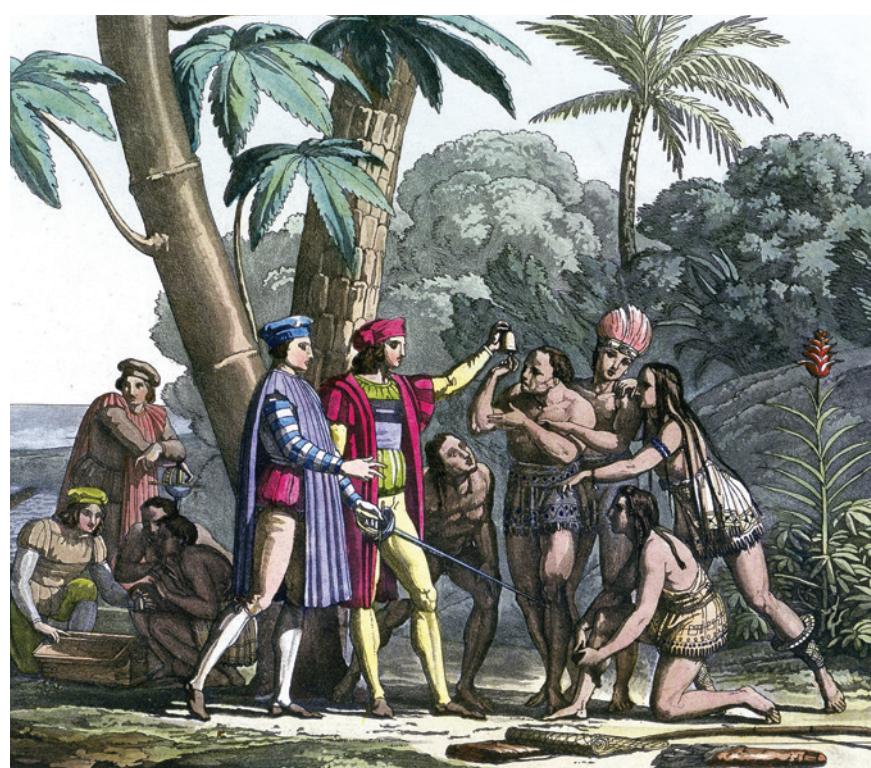
Outra mudança importante no início dos “tempos modernos” foi, portanto, a ampliação dos horizontes geográficos dos europeus por meio da conquista de novos mares e novos continentes. À expansão marítima, liderada inicialmente por Portugal e Espanha, seguiu-se a expansão colonial, que, a partir do século XVII, contou também com ingleses, franceses e holandeses.

A chegada dos europeus ao continente americano, no século XV, não apenas levou à descoberta de novas fontes de riqueza, como também deu início a uma série de encontros fortemente marcados pelo estranhamento. Ao se depararem com povos cujos idiomas, hábitos e costumes eram completamente diferentes dos seus, os europeus passaram a produzir narrativas exóticas do Novo Mundo, vendo nos habitantes nativos verdadeiros selvagens. Diante dos muitos relatos que asseguravam o atraso e a inferioridade dos povos americanos, o filósofo francês Michel de Montaigne (1533-1592), em seu livro *Ensaios*, delineou uma perspectiva que punha em dúvida a razão e a sensibilidade de seus contemporâneos, questionando as certezas que sus-

tentavam a tese da superioridade europeia. O capítulo “Dos canibais”, por exemplo, no qual o autor fala da perplexidade causada pela descoberta de índios antropófagos (os tupinambás), ressalta a variedade dos costumes humanos, sugerindo que o olhar de estranhamento sobre os nativos poderia produzir uma reflexão sobre a própria sociedade europeia:

[...] não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra. [...] Não me parece excessivo julgar bárbaros tais atos de crueldade [o canibalismo], mas que o fato de condenar tais defeitos não nos leve à cegueira acerca dos nossos. Estimo que é mais bárbaro comer um homem vivo do que o comer depois de morto; e é pior esquartejar um homem entre suplícios e tormentos e o queimar aos poucos, ou entre-gá-lo a cães e porcos, a pretexto de devoção e fé, como não somente o lemos mas vimos ocorrer entre vizinhos nossos conterrâneos; e isso em verdade é bem mais grave do que assar e comer um homem previamente executado. [...] Podemos, portanto, qualificar esses povos como bárbaros em dando apenas ouvidos à inteligência, mas nunca se compararmos a nós mesmos, que os excedemos em toda sorte de barbaridades.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaios I*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 108. (Coleção Os pensadores).



D. K. Bonatti. Representação do primeiro encontro entre Cristóvão Colombo e nativos americanos, 1827. Litografia colorida à mão.

Colleção particular

Séculos mais tarde, o filósofo búlgaro Tzvetan Todorov (1939) retomou aquela discussão em seu conhecido livro *A conquista da América: a questão do outro* (de 1984). A chegada dos europeus à América provocou o que Todorov diz ser “o encontro mais surpreendente de nossa história”. Foi do impacto desse encontro que o filósofo se voltou para o que definiu como a “descoberta que o eu faz do outro”. Todorov encontrou, nos relatos de viajantes que acompanharam as primeiras expedições ao Novo Mundo, as estratégias dos europeus para possibilitar a comunicação com os povos nativos. Os relatos apaixonados dos viajantes mostraram a ele como se construiu o conceito de inferioridade dos indígenas em comparação com os que ali apontavam. A justificativa de inferioridade validou aquilo que o filósofo classificou como “o maior genocídio da história da humanidade”. “Colombo descobriu a América, mas não os americanos”, defende Todorov. E traz em sua análise um tema recorrente nas Ciências Sociais: associar a diferença à inferioridade e a semelhança à superioridade são práticas comuns, dada a dificuldade que os homens têm, diz Todorov, de “perceber a identidade humana dos outros, isto é, admiti-los, ao mesmo tempo, como iguais e como diferentes”. Ser diferente não é ser inferior – esta é a mensagem mais importante deixada pela análise de Todorov daquele que foi considerado um dos mais impactantes encontros entre culturas de que temos registro.

Professor, sugerimos o desenvolvimento da atividade 2 de [Monitorando a aprendizagem](#) e 4 da seção [De olho no Enem](#).

## O Século das Luzes e as grandes revoluções modernas

Avancemos agora até o século XVII: se é verdade que àquela altura os efeitos da Revolução Comercial já se faziam sentir, as cidades já estavam bem mais desenvolvidas, a Revolução Científica seguia seu curso e as fronteiras do mundo conhecido eram bem mais extensas, também é certo que nem tudo o que existia antes havia “desaparecido”.

A maioria das pessoas continuava a viver no campo, a Igreja continuava a defender seus princípios e suas interdições, e as monarquias absolutas sustentavam a ideia de que os homens nasciam desiguais – ou seja, de que a sociedade estava presa a uma estrutura hierárquica rigidamente definida. Na última década do século, porém, percebeu-se que um novo “Renascimento” esta-

va começando. O movimento intelectual que se iniciou então, e desabrochou no século seguinte, foi chamado de Iluminismo, e é considerado pelos estudiosos o primeiro grande passo na construção de uma cultura burguesa.

### ► Burguesia

A origem da palavra remonta ao século XII: burguês era o habitante do burgo, povoação formada em torno de um castelo ou mosteiro fortificado. Burguesia era o conjunto de mercadores e artesãos que habitavam as cidades e desfrutavam de direitos especiais dentro da sociedade feudal. A partir do século XVIII, a palavra passou, gradualmente, a designar os empregadores dos ramos da manufatura, do comércio e das finanças, que se consolidavam como nova classe dominante concomitantemente ao declínio da nobreza.

O Iluminismo estimulava, no plano das ideias, uma cultura centrada na capacidade e na autonomia do indivíduo e defendia o predomínio da razão sobre a fé. Razão e ciência, e não submissão a dogmas, deveriam ser as bases para se entender o mundo. Embora tenha surgido na Inglaterra e na Holanda, o movimento teve sua expressão máxima na França. E o século XVIII ficou de tal maneira a ele associado que recebeu o nome de Século das Luzes.

### II O que é o Iluminismo?

O Iluminismo é a saída do homem do estado de tutela, pelo qual ele próprio é responsável. O estado de tutela é a incapacidade de utilizar o próprio entendimento sem a condução de outrem. Cada um é responsável por esse estado de tutela quando a causa se refere não a uma insuficiência do entendimento, mas à insuficiência da resolução e da coragem para usá-lo sem ser conduzido por outrem. *Sapere aude!*\* Tenha a coragem de usar seu próprio entendimento.

Essa é a divisa do Iluminismo.

KANT, Emmanuel. *Qu'est-ce que les Lumières?* [1784]. Paris: Flammarion, 1991. p. 43-45. Tradução nossa.

\*Expressão latina que significa “tenha a coragem de saber, de aprender”.

A apostila na razão tem suas consequências. Ver o mundo como fruto da ação dos homens é diferente de vê-lo como resultado da vontade de Deus. A primeira consequência dessa maneira de ver, que contribuiu para o surgimento da Sociologia, foi apostilar na capacidade de mudar o que era fruto da ação dos próprios homens. As injustiças, os sofrimentos causados pelo fato de uns terem muito e outros pouco, as condições

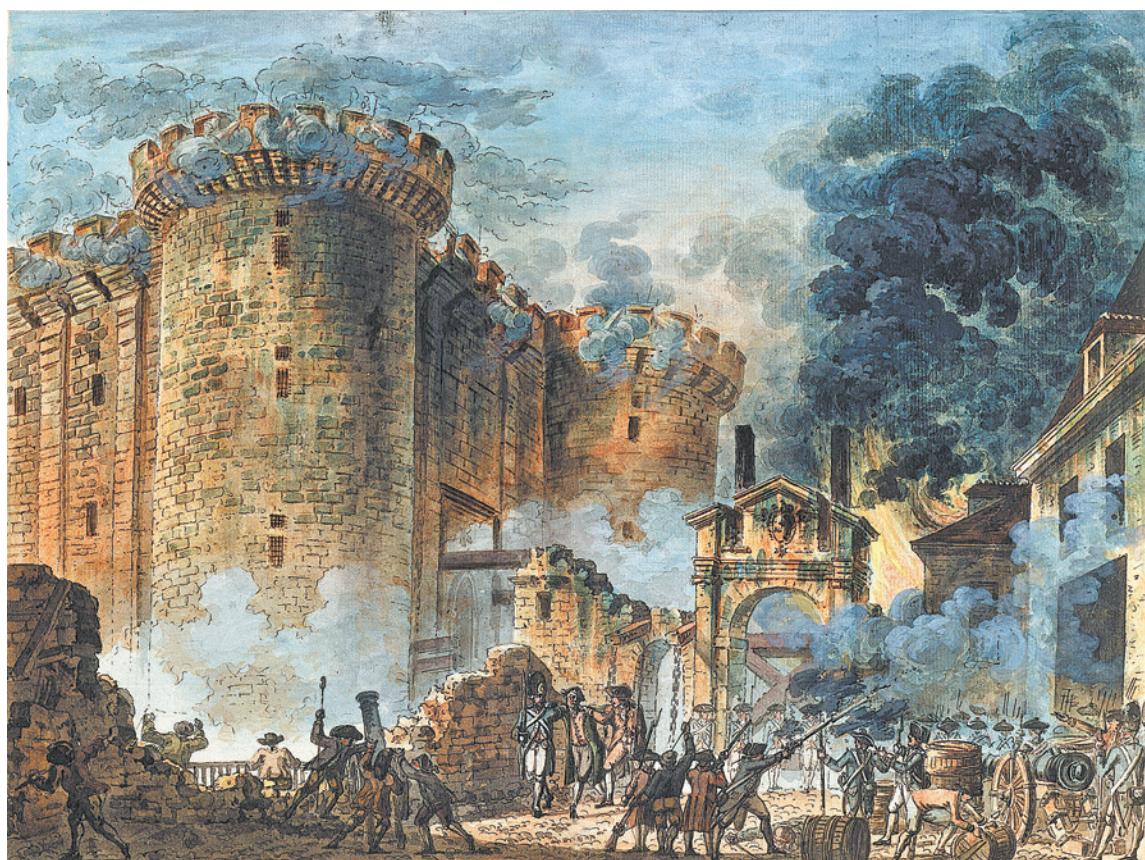
desiguais em que viviam as pessoas – tudo isso poderia ser alterado em nome de uma sociedade mais humana. Se o homem fez, ele mesmo pode modificar: foi essa a ideia que inspirou as duas grandes revoluções políticas do fim do século XVIII, a Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789.

A Revolução Americana foi o desfecho da guerra de independência das Treze Colônias inglesas na América do Norte. Em 4 de julho de 1776, seus representantes reuniram-se e votaram a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Reunidos em outro congresso na Filadélfia, em 1787, os chamados “pais fundadores” dos Estados Unidos promulgaram a primeira Constituição política escrita dos países do Ocidente.

Os ideais que moveram os líderes da Revolução Americana já eram cultivados na Europa, principalmente na França. As críticas se dirigiam ao poder centralizado, à manutenção de privilégios excessivos pela nobreza e pelo clero, e à exploração dos homens comuns, os plebeus, sem que se pudesse impor ao poder discricionário dos governantes o limite da ação dos governados. Entre os plebeus, os burgueses, que se dedicavam às atividades do comércio, da troca, do mercado, sentiam-se reprimidos em seus propósitos,

limitados em suas ambições. Havia aprendido com os iluministas que todos os homens eram iguais porque racionais. Se eram iguais, nada justificava o fato de não poderem se desenvolver segundo suas capacidades, seu talento e sua disposição. Os ideais iluministas inspiraram, assim, o lema da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Em 14 de julho de 1789, a prisão da Bastilha, símbolo do poder da nobreza e da monarquia absoluta, foi tomada pelos revolucionários. Entretanto, outro símbolo produzido pela Revolução teve consequências mais profundas: a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento que proclamou a igualdade entre todos, pondo fim ao argumento que justificava os privilégios de origem. A sociedade estamental, que subsistira durante séculos, da Idade Média à monarquia absoluta – e passou então a ser chamada de Antigo Regime – perdia sua razão de ser. O resultado mais proclamado da Revolução Francesa foi romper com a crença de que, nascidos em uma camada superior, os indivíduos teriam a garantia de nela permanecer até a morte, ou, ao contrário, nascidos em uma camada inferior, estariam para sempre impedidos de ascender a uma posição socialmente mais valorizada.



Musée Carnavalet, Paris

Jean-Pierre Houel  
(1734-1813).  
A tomada da  
Bastilha, Paris,  
França, 14 de  
julho de 1789.  
Óleo sobre tela,  
39 x 51 cm.

Costuma-se dizer que a Sociologia é herdeira do legado iluminista no sentido de que os chamados “pais fundadores” da disciplina apostaram na razão humana como instrumento promotor de reformas ou transformações sociais. Foi em diálogo com o projeto racionalista dos iluministas, sua crença no progresso social e sua utopia de reconstrução do mundo pela vontade humana que a Sociologia emergiu.

## A vez da indústria

No quadro das grandes revoluções do século XVIII, há ainda uma que não teve caráter político, mas, para o historiador inglês Eric Hobsbawm, representou o mais importante acontecimento da história do mundo desde o domínio da agricultura: a Revolução Industrial, que ampliou os meios de sobrevivência dos homens e das cidades, e permitiu uma nova forma de sociabilidade.

Sabe-se que a expressão Revolução Industrial foi aplicada às inovações técnicas que alteraram os métodos de trabalho tradicionais e, a partir das últimas décadas do século XVIII, propiciaram grande enriquecimento econômico. Há também consenso quanto ao fato de que a Inglaterra foi o primeiro país a entrar na

era industrial. No entanto, a Revolução Industrial não foi um episódio precisamente datado, com princípio, meio e fim. Em muitos casos, a industrialização foi um processo lento. A essência da Revolução Industrial está, na verdade, na ideia de que a “mudança é a norma”. A validade desse princípio pode ser facilmente percebida até hoje: inventa-se algo e, em pouco tempo, uma nova técnica ou um novo instrumento mais eficiente torna o anterior obsoleto.

Além de alterar a maneira de lidar com a técnica, a Revolução Industrial produziu outras mudanças. A fábrica tornou-se um importante local de trabalho; os **capitalistas** tornaram-se os detentores dos meios de produção (terra, equipamentos, máquinas); o trabalhador, contratado livremente, passou a receber salário, podendo se deslocar de um emprego para outro. A Revolução Industrial alterou profundamente os meios de produção, estimulou e provocou a competição por mercados internos e externos, e, além disso, fez com que o trabalho humano passasse a ser combinado de forma sistemática às máquinas e inovações tecnológicas. As mudanças permanentes passaram a ser estimuladas aliando liberdade de pensamento a apoio político para a invenção de novos e mais sofisticados instrumentos.



Archiv der Borsigischen Vermögensverwaltung, Dauerleihgabe an: Alemanna

Eduard Bierma. *Indústria de caldeiras a vapor em Berlim*, 1847. Óleo sobre tela, 1,10 x 1,61 m.

## ► Capitalismo

Sistema econômico surgido na Europa nos séculos XVI e XVII, o capitalismo desenvolveu-se estimulado pela Revolução Industrial e está fundamentado na propriedade privada no mercado com transações monetárias. Isso significa, por exemplo, que no sistema capitalista as fábricas, lojas, escolas, hospitais podem pertencer a empresários, e não ao Estado. Além disso, a produção e a distribuição das riquezas são determinadas pelo mercado, ou seja, em tese, os preços são definidos pelo jogo da oferta e da procura. De maneira geral, podemos resumir o funcionamento desse sistema da seguinte forma: o proprietário da empresa (o capitalista) compra a força de trabalho de terceiros (os proletários) para produzir bens que, uma vez comercializados, lhe permitem recuperar o capital investido e obter um excedente (lucro).

## Afinal, para onde a razão nos conduziu?

A trajetória das sociedades ocidentais que acabamos de descrever de forma resumida não conduziu os homens ao paraíso. A vitória da razão e dos princípios democráticos oriundos das revoluções Americana e Francesa e do capitalismo não solucionou todos os problemas. Ao contrário, logo surgiram desmandos e outras explorações.

O século XIX viu o novo sistema capitalista, fundamentado na propriedade privada e tendo como principais atores a burguesia e o proletariado, produzir prosperidade e pobreza, avanços e misérias. Para onde teriam escapado os ideais libertários e igualitários do século XVIII?

As transformações sofridas pela sociedade moderna nos campos intelectual, político e econômico acabaram por gerar perguntas que exigiram o esforço de pensadores para respondê-las: Se os homens têm direitos iguais, se todos são cidadãos, por que a sociedade é tão desigual? Como explicar e tratar as dife-

renças? Como combinar tradição com modernidade, costume com novidade? Foi na cidade que essas questões afloraram e foi lá também que se desenvolveu a proposta de pensar sobre elas. A Sociologia nasceu com esse desafio: compreender as alterações profundas por que passaram as sociedades e refletir sobre a maneira como os homens e mulheres reagiram a elas. Como disse o sociólogo norte-americano Robert Nisbet a respeito desse novo campo do conhecimento: “[...] as ideias fundamentais da sociologia europeia são mais bem compreendidas como respostas ao problema da ordem, criado em princípio do século XIX pelo colapso do velho regime, sob os golpes do industrialismo e da democracia revolucionária”.

Há outra condição que também deve ser considerada para entendermos o “nascimento” da Sociologia: ela representa um campo de conhecimento que depende da liberdade de pensamento, do exercício da razão e da controvérsia, da possibilidade de manifestação pública de ideias distintas e muitas vezes opositas. Essa condição foi alcançada na Europa do século XIX, e desde então os sociólogos estão entre aqueles que lutam para que ela jamais desapareça.

*Professor, sugerimos o desenvolvimento da atividade 4 de Monitorando a aprendizagem.*

## ◀ Recapitulando

Você aprendeu neste capítulo que os “tempos modernos” se iniciaram no século XV, quando uma série de mudanças afetou a vida das sociedades europeias. A vida urbana foi então impulsionada como reflexo das Grandes Navegações e do desenvolvimento do comércio no continente europeu e no ultramar. A nova maneira de viver e de ver o mundo contrastava, cada vez mais, com a da sociedade medieval, caracterizada por estratificação rígida e imobilidade social. A estratificação era reforçada pelo dogma cristão, que atribuía à vontade de Deus o lugar que cada um ocupava na sociedade. A Igreja também se encarregava de definir o que era certo e errado nos campos político, econômico e cultural. Com isso, por muito tempo, as atividades ligadas ao comércio não tiveram importância social, como tinham as atividades agrícolas.

O século XVIII se destacou no processo de mudanças que caracterizou os “tempos modernos” porque importantes revoluções tiveram nele seu berço: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. A primeira trouxe, para as cidades, novos contingentes originários das vilas rurais, o que gerou um profundo impacto social; e a segunda buscou assegurar direitos à nova população que havia se instalado no ambiente urbano. A cidade foi o espaço privilegiado para transformações sociais, econômicas e políticas na Era Moderna. O ritmo urbano acelerado e as mudanças econômicas e políticas, bem como o desenvolvimento da ciência e da técnica, alimentaram a ideia de que a vida em sociedade é fruto do trabalho e da invenção humana. Essa nova mentalidade contribuiu para o desenvolvimento, em meados do século XIX, de um campo de estudos dedicado a compreender o sentido das transformações sociais e a maneira como os indivíduos a elas reagiam. Com essa promessa, nasceu a Sociologia.